

PAULO MORGADO "HÁ UM ELEVADÍSSIMO CINISMO E HIPOCRISIA FACE À CORRUPÇÃO EM PORTUGAL"

Em entrevista a Luís Gonçalves, o director geral da Capgemini Portugal diz que a corrupção é um crime de difícil prova e detecção e que as autoridades nacionais têm sido brandas no combate aos crimes de manipulação de mercado. Paulo Morgado lança hoje o livro "O Corrupto e o Diabo"



Portugal é um país cheio de "livrinhos com esquemas de softura" da corrupção como refere o Diabo no livro "O Corrupto e o Diabo"?

Não nos podemos esquecer que parte da legislação que temos hoje foi criada numa altura em que se procurava ter uma reacção muito violenta aos excessos da Ditadura e poderá ter havido excesso de democratização na Lei e Processo Penal. A frase é um exagero do Diabo a dizer que o Código de Processo Penal oferece demasiadas garantias a pessoas que são ligadas a fenómenos de corrupção. O livro exemplifica o princípio da oralidade que diz que toda a prova tem de ser produzida perante o juiz, às vezes fazendo tábua rasa de provas oriundas do Ministério Público e da Polícia Judiciária. Sabemos que é um exercício de ghostbuster provar, perante um juiz, um acto de corrupção. Ou existe um cheque assinado em nome do corrompido, o que é improvável de encontrar e uma parvoíce de quem a fez, ou então nada feito. A corrupção é um fenómeno de difícil detecção e de difícil prova.

Defende que o corrupto é um potencial incompetente, mas o crime económico está longe de ser um crime fácil de executar...

Nos crimes de colarinho branco existe uma enorme criatividade como são as pirâmides financeiras e outros tipos de golpe e onde é preciso gente muito competente. Agora na corrupção, o que se faz é vender um bem que está à nossa guarda e que vendemos sem ser nosso. Não acho que seja um acto de grande criatividade.

Uma das classes que mais ataca é a dos políticos, onde o Diabo afirma que "só vai para a política quem não arranja mais nada"

O Diabo é um exagerado e faz um papel. Não gosto de generalizações e existem pessoas muito competentes nos cargos que ocupam, por exemplo na Administração Pública. Agora, a percentagem de incompetentes em Portugal é muito superior à dos competentes. De outro modo não podia ser. Vivemos até 1974 alheados do mundo. Depois vivemos em anarquia, onde as pessoas enriqueciam por golpes e não pela aposta em desenvolvimento e educação. Tivemos uma entrada na União Europeia que apostou muito mais no betão - que reconheço que era necessário - do que na educação. A nossa sociedade e a maioria das pessoas que está nas empresas não investiu o suficiente em treino, educação e trabalho que nos permita dizer que a grande parte das pessoas é competente. Ainda na semana passada, estive com uma colega francesa que me confidenciou que se está a assistir a um novo fluxo de emigração portuguesa para França para profissões como mulher a dias e pedreiros, como nos anos 60. É inquestionável que um país que revela sinais de incompetência em todos os indicadores, em algum momento teve de ser incompetente a gerir-se.

As empresas não estimulam essa formação?

Antes da formação das empresas, existe o grau de exigência das nossas escolas e educação. O problema do mercado de trabalho em Portugal é que não funciona de forma livre. O mercado tem de ser rei, excepto no campo social. Só há duas formas de um incompetente chegar a um lugar de topo: uma é por família, a outra é por compadrio, amiguismo ou cunhas. Acredito que com a abertura a estrangeiros que chegam e não estão ligados a estes esquemas de

compadrio e cunhas, que os níveis de competência vão aumentar.

A educação é o maior handicap do país?

Não sei se é o maior, mas é sem dúvida um dos maiores problemas do país. Seja na formação das pessoas, de técnica, valores ou cultura. A ideia de que se tem de fazer sacrifícios para alcançar qualquer coisa é uma ideia que não está enraizada nos portugueses. Isso deve começar nas escolas. Temos um sistema muito facilitador, um sistema que, em vez de punir os incompetentes na escola, prefere não os confrontar com isso. É um sistema sem exclusão social dos menos competentes. Aquilo que condeno são aqueles que têm tudo para ser competentes e que acham que, por conhecerem este ou aquele, ou por frequentar aquela festa e evento, vão fazer a sua vida. Isso é um pensamento plenamente enraizado no nosso país. Quando falo de incompetência não me estou a referir a camadas desfavorecidas da população que não têm as mesmas oportunidades dos outros. Essas devem ser ajudadas, devem ter um Governo que lhes dê uma vida condigna. O que o fenómeno da corrupção está a provocar no país é criar uma sociedade com grande desigualdade entre ricos e pobres.

No livro, a única palavra que irrita o Diabo é transparência. Ainda é uma palavra incómoda na Administração Pública?

Não sei se é incómoda ou se a Administração Pública ainda não encontrou os meios de conseguir ser mais analítica na apreciação da sua realidade. Só com uma grande publicitação dos resultados da actividade dos gestores públicos é que conseguimos ter indícios de má gestão e que, depois de explorados, podem resultar em

fenómenos de corrupção.

E interessa ao Estado revelar dados tão concretos da sua actuação?

Devia interessar, porque se fosse gestor público e tivesse a minha actuação o mais descortinada possível, estaria mais protegido de eventuais acusações ou suspeitas provocadas pela ausência de informação. Quem está no poder não tem de querer ou deixar de querer. Os contribuintes é que têm esse direito, porque têm o direito de ter o seu dinheiro o mais bem gerido possível e o direito de perceber as contas num sentido menos macro. O grande indicador da governação hoje parece ser o défice ou o crescimento. Isso é igual a medir a

Debate sobre corrupção lança hoje "O Corrupto e o Diabo"

DEPOIS de "Crimes de Colarinho Branco", Paulo Morgado lança hoje o seu segundo livro "O Corrupto e o Diabo - Diálogo às Portas do 5º Fosso do 8º Círculo do Inferno" onde ficciona o tema da corrupção com um diálogo entre o Diabo e Corrupto, duas personagens que debatem as causas da corrupção, os seus actores, os métodos e a forma de lutar contra ela.



A apresentação da obra é feita hoje no Centro Cultural de Belém pelas 18h e 30, na Sala Luís de Freitas Branco, e contará com um debate sobre as causas da corrupção em Portugal. A moderação será feita por José Miguel Júdice, que prefacia o livro, e com intervenções de José Pacheco Pereira, Sérgio Figueiredo e o professor da Universidade da Coimbra, José Faria e Costa.

Como escreve o advogado, Miguel Júdice, na introdução da obra, o corrupto português é uma espécie de corrupto médio, pois os nossos corruptos não são muito sofisticados e brilhantes. Entre nós, nunca poderia ser considerada arte, é antes um crime de perigo: só é perigosa quando se é apanhada. Paulo Morgado tem 43 anos e é director-geral da Capgemini Portugal, filial que tem uma facturación anual de 30 milhões de euros e cerca de 400 funcionários.



PAULO MORGADO diz que a corrupção está a criar em Portugal uma desigualdade cada vez maior entre ricos e pobres
Foto Victor Machado/OJE

Até pode vir Michael Porter e provocar uma discussão durante três meses sobre se Portugal é mais apto para o Turismo ou para a Indústria, mas isso são manobras de diversão. Portugal tem de apostar na execução e não estar, mais uma vez, a discutir rumos"

performance de uma empresa apenas pelos seus lucros, esquecendo quotas, custos. A conversa sobre as empresas é sempre muito mais analítica do que a da Administração Pública. A falta de transparência não é no sentido de querer esconder a informação mas sim no sentido de não haver informação para que o contribuinte possa julgar da boa gestão das pessoas que governam. Se eu tiver indicadores do Estado como tenho nas empresas privadas, onde um gestor quando tem maus resultados é despedido, vai haver uma luta desses gestores públicos para apresentar resultados.

Isso não vai provocar uma obsessão para alcançar esses resultados a todo o custo?

Devia haver uma obrigação do Estado em mostrar a avaliação dos resultados dos seus gestores, nomeadamente no poder local. No Reino Unido, os autarcas são avaliados por um conjunto de indicadores que medem a eficiência do seu desempenho. Na Alemanha, um conjunto de pessoas avalia o Governo e tem capacidade para o questionar sobre diversas matérias. Não acho que

seja muito idealista que as repartições de Finanças sejam obrigadas a publicar os maiores processos que prescreveram e os nomes desses contribuintes. Se durante 3 ou 4 anos visse que existia um contribuinte a quem os processos prescreviam, tinha o direito, no mínimo, de perguntar a essa repartição porquê. A Administração Pública não tem de ter números iguais aos privados. Porém, não é pelo Estado ter uma função social que tem o direito de aligeirar o controlo sobre as verbas dos contribuintes.

Reforçar o controlo nos concursos públicos?

Nos concursos públicos todos são sujeitos a processos muito burocráticos, onde todos os concorrentes podem impugnar o concurso, atrasá-lo e afins. E aí está uma das principais apostas para reduzir a despesa pública. Defendo muito mais os controlos "a posteriori" das adjudicações do que o controlo processual "a priori". O "a posteriori" seria pegar nos x maiores concursos públicos adjudicados e analisá-los em termos de desvios de tempo

e custo. Um Tribunal de Contas ou uma empresa de auditoria contratada para o efeito, publicaria de forma regular esse modus operandi. Naturalmente que nenhuma empresa pública ou instituto gostaria de ver desvios de 50% nos seus custos ou mão de obra. É este tipo de Big Brother do contribuinte que levaria as pessoas a pensar duas vezes antes cometer um acto de amiguismo ou corrupção. Temos de tirar este combate à corrupção das mãos de pessoas apenas formadas em Direito, que acham que a única forma de o combater é apanhar o acusado com a boca na botija e colocá-lo também na mão de quem controla as coisas de um ponto de vista económico e das boas práticas.

Acho mal que o cidadão, que não escolheu ser cidadão, tenha menos acesso à informação que um accionista, que decidiu ser accionista, e tem acesso à informação.

Defende a transposição das regras das empresas cotadas para a Administração Pública?

Sim, com as necessárias adaptações. Às vezes sou visto como um ET quando defendo isso, mas grande parte do caminho que a Administração Pública tem de correr tem de ser ajustada pela visão de gestores que estão a habituados a outros níveis de controlo. O público e o privado são muito distintos, excepto numa coisa: também no público eu coloco dinheiro à disposição dos administradores públicos e tenho direito que o meu dinheiro seja gasto da melhor forma possível tal como um accionista de uma empresa. São estes mitos que existem. A nossa sociedade vive num elevadíssimo grau de cinismo e hipocrisia face aos fenómenos da corrupção. Se alguém diz que existe corrupção num determinado sector, levantam-se logo uma quantidade de vozes a gritar como é possível. Se acusa, dá nomes e prova, dizem. Este cinismo tem de acabar porque estatisticamente está provado que existe um conjunto de sectores e profissões onde a corrupção é mais permeável, como engenharia, construção, consultoria e imobiliário. Normalmente, tudo o que é feito por projecto é mais dado a esses fenómenos. Ninguém pode ser tão cíptico e hipócrita para estar a dizer a quem o acusou de corrupção que a prove porque sabe que é muito difícil provar.

A reforma da Administração Pública é a grande oportunidade perdida pelo Governo?

A reforma da Administração Pública é um problema de execução, não de concepção. Acho que o Estado ainda não se apercebeu que a implementação das reformas da administração pública é uma coisa que tem de ser gerida por profissionais de implementação de processos, como consultoras, e a pessoas que tenham experiência prática de implementação de processo de transformação.

Nas duas grandes OPA em Portugal falou-se muito da manipulação de mercado, crimes

de inside trading. Continua a haver mão leve em Portugal perante estes crimes?

Há fenómenos onde o nível de censurabilidade só muito recentemente começou a ser mais elevado em Portugal, como é o crime de inside trading. Comparativamente a mercados mais maduros, a mão das autoridades portuguesas não tem sido tão pesada quanto podia em relação a esses crimes de manipulação do mercado.

Ao nível das penas?

Das penas e da apelação. Tirando um ou dois casos exemplares de inside trading em que a pena foi dissuasora da prática do crime, não vejo que multas que, comparadas com o potencial ganho, cheguem a 0,001% possam ser dissuasoras. Há muito espaço ainda para se poder ter mão mais pesada no inside trading. Se estes tivessem acontecido noutra Bolsa seriam tratados desta forma? É muito difícil saber, porque razão certas notícias saem. Mas o mercado ainda acredita nos jornais. Alguns jornalistas têm muita criatividade e fazem muitos filmes de cowboys para criar relações de causalidade e chegar a uma conclusão.

Portugal precisa de um novo relatório Porter?

Portugal tem de apostar na capacidade de execução e isso não é dado por qualquer relatório. Hoje em dia, a informática dá um mundo de oportunidade de mudar o conceito de gestão. Passou-se da visão macroeconómica para desconstruir a análise das empresas. Pela primeira vez, o gestor foi obrigado a perceber a realidade que o rodeava. Surgiram muito modelos nessa altura, o modelo Porter, o Kotler os quatro P's do Marketing, a análise financeira que ajudaram os gestores a compreender a realidade e a tomar melhor as suas decisões. Hoje, o desafio é outro. O que o gestor precisa é que os sistemas de informação funcionem de forma alarmística, ou seja que o informem quando é preciso tomar decisões. Essa é a nova linha de gestão que se está a criar. Não tenho nada contra o Michael Porter, influenciou-me muito e deu um grande contributo à gestão. Agora, não sei se mais diagnósticos vão ajudar muito. Devia apostar-se na capacidade de execução que passa pela transparência da actuação e medição dos resultados obtidos e da convicção que temos problemas em determinadas áreas.

Arriscamo-nos a ter outro Porter nos próximos dez anos?

Enquanto não houver uma medição analítica dos dados não vamos a lado nenhum. O problema de Portugal não é político é económico. Até pode vir o Michael Porter e provocar uma discussão durante três meses sobre se Portugal é mais apto para o Turismo ou para a indústria. Mas isso são manobras de diversão. Não é por ser o Porter, que estimo muito, mas porque estamos mais uma vez a discutir rumos em vez da mediação da realidade e capacidade de execução.

PUB

Valetexpress
Premium Parking Service
Aeroporto de Lisboa

ANAPT Aeroportos de Portugal
www.anapt

Viaje descansado, o seu automóvel fica bem entregue.